II. Análise da Evolução Histórica do Crime de Stalking

II.1. Origens e Percepção Inicial do Stalking como Fenômeno Social

A prática de *stalking*, ou perseguição persistente, remonta a tempos antigos, embora o termo e a percepção de suas consequências psicológicas tenham obtido relevância apenas nos últimos séculos. Historicamente, o comportamento obsessivo ou controlador era muitas vezes normalizado ou até ignorado, especialmente em contextos de relações íntimas ou até mesmo hierárquicas, situações em que questões de poder e controle prevaleciam. No entanto, o avanço das ciências sociais, especialmente da psicologia e da criminologia, permitiu identificar o impacto dessas condutas sobre a liberdade e o bem-estar psicológico das vítimas.

Na década de 1970, com o desenvolvimento da psicologia criminal e forense, o comportamento de *perseguição* começou a ser estudado como um fenômeno separado de outras infrações, como ameaças ou assédio, devido ao seu caráter específico de invasão persistente. Nos Estados Unidos e em alguns países europeus, as primeiras pesquisas sobre a obsessão e a agressão psicológica emergiram com o objetivo de entender a mente dos ofensores e os impactos emocionais nos destinatários desses comportamentos.

Tratou-se de período marcado por casos de celebridades perseguidas por fãs obsessivos, como o caso da atriz Theresa Saldana⁵, que foi atacada por um perseguidor em 1982, chamando a atenção pública e midiática para a gravidade dessa conduta.

II.2 Primeiros Estudos e Reconhecimento do Stalking como Conduta Perigosa

Entre a década de 1980 e 1990, o conceito de *stalking* se consolidou como uma área de estudo⁶. Pesquisas conduzidas por psicólogos e criminólogos como Paul E. Mullen, Michele Pathé e Rosemary Purcell foram fundamentais para estabelecer uma base de conhecimento sobre as características dos perseguidores e os danos causados por eles. Esses estudos pioneiros trouxeram à tona a ideia de que a *perseguição* não é apenas uma manifestação de afeto ou de simples interesse, mas uma forma de violência psicológica com potenciais efeitos devastadores em seus alvos.

⁵ Theresa Saldana ficou conhecida por sobreviver ao ataque de um fã obsessivo em 1982, que a golpeou com uma faca várias vezes em Los Angeles.

⁶ BRANT, Marcos Henrique Caldeira. Stalking—perseguição obsessiva. Jusbrasil, 2014. em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/stalking-perseguiacao-obsessiva/148145085>. (...) No final da década de 1980, surgiu-se o termo *stalking* nos Estados Unidos como forma de descrever fãs que perseguiam celebridades, sendo que logo em 1990, essa conduta foi criminalizada após casos de fãs que usando-se desse meio de perseguição, conseguiram arquetetar planos que resultaram no homicídio de seus ídolos.

Naquela época, a psicologia clínica começou a identificar perfis de perseguidores e a categorizá-los com base em suas motivações, como ex-parceiros românticos, admiradores compulsivos e até mesmo desconhecidos com transtornos psiquiátricos. Essas classificações serviram como base para entender que o *stalking* pode ocorrer em diversos contextos, afetando tanto a vida privada quanto o ambiente profissional e social das vítimas. A compreensão desse fenômeno ganhou reforço na criminologia, que passou a ver tal conduta como uma ameaça latente à segurança e um comportamento preditivo de violência física.

II.3. Primeiras Legislações Internacionais: A Tipificação Penal do Stalking nos Estados Unidos e no Reino Unido

A partir de casos de grande repercussão envolvendo perseguições de celebridades e figuras públicas, os Estados Unidos⁷ foram o primeiro país a tipificar o *stalking* como crime, no Estado da Califórnia, em 1990. A Lei Antistalking da Califórnia foi uma resposta direta ao caso de Rebecca Schaeffer⁸, uma atriz que foi assassinada por um perseguidor obcecado. Esse evento impulsionou a criação de uma legislação própria, com o objetivo de proteger as vítimas antes que a violência escalasse para ataques físicos ou, até mesmo, homicídios.

A legislação antistalking californiana influenciou outros estados norte-americanos, que adotaram leis semelhantes, e serviu de modelo para a criação de uma legislação federal sobre *stalking* nos EUA. Em 1994, o *Violence Against Women Act (VAWA)* foi promulgado, abrangendo a *perseguição* como uma forma de violência contra as mulheres e incorporando medidas de proteção para suas vítimas, especialmente em contextos de violência doméstica.

No Reino Unido, o *stalking* também foi criminalizado em 1997 com o *Protection from Harassment Act*⁹. A lei britânica não só o tipificou, mas também previu medidas protetivas imediatas para vítimas, como ordens de restrição que impedem o agressor de se aproximar delas. Essa legislação incorporou avanços importantes no entendimento da *perseguição* como uma prática que não precisa resultar em violência física direta para ser reconhecida como lesiva. A legislação britânica focou na proteção psicológica e na preservação da liberdade das pessoas atormentadas, fortalecendo o conceito de *stalking* como uma violação à dignidade humana¹⁰.

⁷ ZANFER, Gustavo. Lei que criminaliza a conduta de “stalking” por qualquer meio é sancionada no Brasil. IP Comunica, 2021. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/noticia/lei-que-criminaliza-a-conduta-de-stalking-por-qualquer-meio-e-sancionada-no-brasil/>. (...) À vista disso, os Estados Unidos foi o pioneiro a legislar essa matéria, pois desde a morte de famosos, como John Lennon e Rebecca Schaeffer, ocasionadas por fãs que antes de consumir o assassinato admitiram perseguir de todas as formas seus ídolos.

⁸ Rebecca Lucile Schaeffer era uma estrela em ascensão no final dos anos 1980. Ela era apaixonada pelas câmeras e pelas passarelas e queria construir sua carreira com louvor. Ela não esperava, no entanto, que sua fama seria fatal. O fim do sonho começou quando, em 1986, Robert John Bardo ficou obcecado por ela e passou a persegui-la. Ele chegou a mandar diversas cartas para a atriz, as quais ela respondeu com carinho, imaginando que ele fosse um fã comum. Em 1989, entretanto, Bardo assistiu sua atriz em uma peça, na qual Rebecca contracenava com outro homem. Robert enlouqueceu de ciúmes e decidiu que ela deveria morrer.

⁹ O Reino Unido tem legislação anti-stalking desde de 1997, com a implementação do “Protection from harassment act”. Esta criminalização não foi pacífica, pois alguns especialistas consideravam que a legislação existente na altura era suficiente para fazer frente ao problema, não sendo necessária a criação de uma lei específica.

¹⁰ Rabenhorst esclarece o que significa o *princípio da dignidade da pessoa humana*:

“[...] o termo 'dignidade' vem do latim *dignitas*, que designa tudo aquilo que merece respeito, consideração, mérito ou estima. A dignidade da pessoa humana é, acima de tudo, uma categoria moral; significa a qualidade ou valor particular

II.4. Expansão do Conceito e Adaptação das Leis ao Cyberstalking

Com o advento da *internet* e das redes sociais, o conceito de *stalking* evoluiu para incluir o *cyberstalking*, uma forma de perseguição que ocorre no ambiente virtual e que possibilita um monitoramento constante da vítima, muitas vezes sem que ela tenha consciência da extensão da vigilância. A expansão das tecnologias digitais criou novos desafios para a aplicação das legislações existentes, pois tornou a perseguição mais acessível, menos visível e potencialmente mais invasiva.

Países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia adaptaram suas leis de *stalking* para incluir o *cyberstalking*, definindo práticas como o envio de mensagens ameaçadoras, a criação de perfis falsos, o uso de tecnologias de rastreamento e o vazamento de informações pessoais como condutas puníveis. No Japão, o primeiro marco legal foi estabelecido em 2000, e o *Stalker Control Act* foi ampliado em 2013 para alcançar o *cyberstalking*, respondendo ao aumento significativo de casos de perseguição *online*.

II.5. O Contexto Brasileiro: Caminho para a Tipificação do Stalking

O fenômeno do *stalking* tem sido objeto de estudos e pesquisas, como visto, em diversos países, e a maioria deles já possui legislação específica para o combate a esse comportamento. Nos Estados Unidos, por exemplo, primeiro país a criminalizar a conduta, é um problema de saúde pública, e a vítima pode requerer medidas de proteção, tais como ordens de restrição, dentre outras. Na União Europeia, é considerado um crime grave, e a vítima tem direito a resguardo.

No Brasil, as condutas de *perseguição* eram tradicionalmente tratadas de forma dispersa, por meio de tipos penais como ameaça (art. 147 do Código Penal), injúria (art. 140 do Código Penal) e perturbação da tranquilidade (art. 65 da Lei das Contravenções Penais). Essa fragmentação dificultava a compreensão do *stalking* em sua totalidade, uma vez que a legislação brasileira não oferecia uma tipificação específica para o comportamento de *perseguição* persistente, o que limitava a proteção às vítimas e a eficácia das punições¹¹.

A doutrina se manifestava, de forma uníssona, acerca da necessidade de tipificação do crime de *stalking* no ordenamento jurídico brasileiro.

A jurisprudência, a seu turno, também já reconhecia a gravidade do comportamento. Em julgamento proferido em 2019, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a prática de *stalking* configurava *perturbação da tranquilidade*, prevista no artigo 65 da Lei de Contravenções Penais. Na ocasião, a Turma entendeu que a conduta de perseguir, assediar ou ameaçar uma pessoa pode gerar grave perturbação em sua vida cotidiana, e que é necessário o seu combate.

que atribuímos aos seres humanos em função da posição que ocupam na escala dos seres. [...] A dignidade é atributo do que é insubstituível e incompatível, daquilo que, por possuir um valor absoluto, não tem preço". in RABENHORST, Eduardo Ramalho. *Dignidade da pessoa humana e moralidade democrática*, p. 14.

¹¹ SILVA, Valéria Cristina Pereira da. O stalking no Brasil: uma análise crítica da legislação e da proteção às vítimas. *Revista Brasileira de Criminologia*, 2021.

Vê-se, assim, que a temática já era estudada pela doutrina e pela jurisprudência, que reconheciam a gravidade da prática do *stalking*, mas ainda havia uma lacuna legal para a sua repressão.

A demanda por uma legislação específica cresceu com o aumento dos casos de violência psicológica e digital, o que levou ao inevitável debate sobre a necessidade de incluir o *stalking* no rol de crimes do Código Penal. Esse movimento também foi impulsionado por mudanças no panorama social e cultural brasileiros, com maior conscientização sobre a violência de gênero e a importância de proteger a liberdade e a privacidade das pessoas.

A Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021, finalmente introduziu o artigo 147-A no Código Penal Brasileiro, tipificando o crime de *stalking* como “*perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade*”. Essa legislação incluiu importante causa de aumento de pena para casos em que a vítima é criança, adolescente, pessoa idosa ou mulher (por razões da condição de sexo feminino), reafirmando o compromisso do Estado brasileiro em proteger esses grupos.

No Brasil, a tipificação foi um avanço importante para a proteção das vítimas, uma vez que antes da entrada em vigor da legislação específica, como já visto, não havia uma inculpação própria para essa conduta capaz de gerar grande nível de desassossego social.

Diante disso, é fundamental que a sociedade esteja atenta à gravidade do crime de *stalking*, que tem efeitos devastadores sobre os sofrentes, e que os órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal estejam capacitados para o seu combate.

A criminalização foi, indubitavelmente, um avanço importante no país, mas é necessário que sejam promovidas ações de prevenção e combate à conduta delituosa, tais como campanhas de conscientização e treinamento de profissionais para identificar e lidar com casos dessa natureza.

Além disso, é imperioso ressaltar que a sua tipificação não pode ser vista como uma solução isolada para o problema. É preciso que haja uma abordagem multidisciplinar para o enfrentamento dessa prática deletéria, envolvendo não apenas o sistema de justiça criminal, mas também os setores de saúde, assistência social e educação.

Ainda que a inculpação específica seja relativamente recente no Brasil, a sua prática já é bastante comum, e os casos têm aumentado significativamente nos últimos anos.

De acordo com recentes estatísticas¹², em matéria publicada na data de 18.07.2024, o Brasil registrou 77.083 casos de perseguições contra mulheres – prática conhecida como *stalking* – ao longo de todo o ano anterior. Ou seja, o país teve, em média, 01 (uma) ocorrência a cada 6 minutos e 48 segundos, no ano de 2023. Os dados fazem parte do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que foi divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹² MUNHOZ, Fábio. Brasil registrou um caso de stalking a cada 6 minutos e 48 segundos em 2023, 18 jul. 2024, Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registrou-um-caso-de-stalking-a-cada-6-minutos-e-48-segundos-em-2023/>

Entre os anos de 2022 e 2023, o número de casos de *stalking* no país apresentou um aumento de 34,5%, passando de 57.294 para 77.083. A taxa de casos foi de 54,8 para 73,7, por 100 (cem) mil habitantes.

As unidades da Federação que registraram maiores aumentos foram: Roraima (121,1%), Alagoas (73,3%) e Pará (65,3%). Ainda de forma mais alarmante, somente dois estados tiveram queda nos registros oficiais da ocorrência desse delito: Mato Grosso do Sul (-10,9%) e Acre (-3,9%).

No período analisado, as maiores taxas de *stalking* por 100 mil habitantes foram registradas no Amapá (271,9), Roraima (165,7), Distrito Federal (154,8), Paraná (119,4) e São Paulo (110,8).

Diante desse quadro, é fundamental que o Estado adote medidas efetivas para o combate a tal prática, tais como a criação de centros de apoio às vítimas, a capacitação de profissionais para lidar com a questão e a promoção de campanhas de conscientização sobre o tema. É preciso que a sociedade se una em torno dessa temática, e que sejam adotadas medidas concretas para garantir a proteção das vítimas e a punição dos perpetradores do crime.

II.6. A Influência Internacional e a Conformidade com os Direitos Humanos

A influência internacional e o compromisso com os direitos humanos têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de leis e políticas de proteção contra o *stalking*. Ao longo das últimas décadas, convenções internacionais, tratados de direitos humanos e pressões de organismos externos incentivam países a reconhecerem essa prática como uma violação a direitos essenciais, como a liberdade, a dignidade e a privacidade. Esses instrumentos internacionais têm servido como base para que legislações nacionais tipifiquem o *stalking* como um delito autônomo e estabeleçam medidas preventivas e protetivas eficazes.

II.6.1. O Reconhecimento do Stalking como Violação de Direitos Humanos

No cenário internacional, o *stalking* é entendido, consoante já destacado, como uma prática que ameaça diretamente a dignidade, a liberdade e a segurança das vítimas, princípios que são centrais nos direitos humanos¹³. Em sua essência, representa uma invasão persistente da privacidade e uma limitação à liberdade individual, muitas vezes resultando em danos emocionais e psicológicos graves.

Instrumentos internacionais de Direitos Humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948¹⁴, destacam que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e têm prerrogativa à segurança e à liberdade.

¹³Os direitos humanos são direitos básicos e inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. São normas que reconhecem e protegem a dignidade das pessoas, e que regem a forma como vivem em sociedade, a relação com o Estado e as obrigações do Estado em relação a elas.

¹⁴ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi

Embora o *stalking* não seja mencionado explicitamente, ele se enquadra como uma violação desses princípios fundantes, pois impõe uma privação de liberdade e segurança que afeta profundamente o bem-estar da vítima¹⁵. Dessa forma, inexoravelmente, as legislações que criminalizam esse comportamento estão em conformidade com a proteção internacional dos direitos humanos.

II.6.2. Convenções e Tratados Internacionais que Influenciam o Combate ao Stalking

Como já mencionado, diversos tratados e convenções internacionais incentivam os estados-membros a reconhecerem o *stalking* como uma forma de violência que requer medidas específicas de prevenção e resposta. Entre os documentos mais influentes, destacam-se:

II.6.2.1 Convenção de Belém do Pará (1994)

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, foi um marco importante para o reconhecimento da violência psicológica e moral contra as mulheres, incluindo o *stalking*, como uma violação de direitos humanos. Estabeleceu que os Estados signatários têm a obrigação de implementar políticas para prevenir e punir todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a violência psicológica.

Essa Convenção tem sido fundamental para que países latino-americanos tipifiquem o *stalking* como crime autônomo. Na esteira de sua diretriz, a Lei nº 14.132/2021 introduziu, no Brasil, esse tipo penal no âmbito do Código Penal, reconhecendo o impacto psicológico dessa prática, e reforçando o compromisso do Estado com a proteção das mulheres e de outros grupos vulneráveis.

II.6.2.2 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979)

A Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) é um tratado internacional das Nações Unidas que busca eliminar a discriminação contra mulheres, em todos os aspectos da vida. Embora o *stalking* não seja mencionado explicitamente, a Convenção exige que os estados membros adotem medidas para proteger as mulheres contra todas as formas de violência, incluindo a violência psicológica. Isso abriu caminho para que essa modalidade criminosa fosse incluída como uma questão de violência de gênero, especialmente quando envolve perseguição por ex-parceiros ou pessoas com motivação romântica.

proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (II) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

¹⁵ MARTINS, Claudia. Stalking e saúde mental: um estudo de caso no Brasil. *Psicologia em Debate*, 2020.

A CEDAW impõe aos países signatários a obrigação de criar e fortalecer políticas e leis que protejam as mulheres contra todas as formas de assédio e violência¹⁶. Como resultado, diversos países desenvolveram legislações específicas para o *stalking*, reconhecendo-o como um tipo de violência que afeta desproporcionalmente as mulheres e requer proteção especializada.

II.6.2.3 Convenção de Istambul (2011)

A Convenção de Istambul, ou Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e à Violência Doméstica, é um dos primeiros documentos internacionais a mencionar, explicitamente, o *stalking* como uma forma de violência que deve ser criminalizada. A Convenção obriga os países signatários a adotarem medidas para preveni-lo e puni-lo, reconhecendo-o como uma prática que compromete a segurança e a liberdade das pessoas, afetando gravemente seu bem-estar psicológico.

Referida Convenção tem sido fundamental na Europa, incentivando países como a França e Alemanha a adotarem leis específicas para o *stalking*. O documento também recomenda a criação de serviços de apoio e proteção para vítimas, como linhas de denúncia e assistência psicológica, promovendo uma abordagem multidisciplinar para enfrentar o problema.

II.6.2.4 Protocolo de Colaboração Internacional para Cyberstalking

A natureza digital do *cyberstalking* cria desafios únicos para a harmonização, já que as perseguições virtuais frequentemente atravessam fronteiras nacionais. O Budapest Convention on Cybercrime, ou Convenção de Budapeste¹⁷, é um tratado internacional que incentiva a cooperação em casos de crimes cibernéticos, e pode incluir o *cyberstalking*. Ele

¹⁶ A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, em vigor desde 1981, é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos das mulheres. São duas as frentes propostas: promover os direitos das mulheres na busca da igualdade de gênero e promover ações contra todas e quaisquer discriminações contra as mulheres nos Estados-partes. A adoção da Convenção das Mulheres (Convenção CEDAW, sigla em inglês) foi o ápice de décadas de esforços internacionais visando proteger e promover os direitos das mulheres de todo o mundo.

Teve por origem, as iniciativas tomadas pela Comissão de Status da Mulher (CSW, sigla em inglês), órgão criado pelo sistema das Nações Unidas, em 1946, com o objetivo de conhecer e analisar a condição das mulheres nos vários países do mundo e de criar recomendações de políticas públicas aos vários países signatários da Convenção, visando enfrentar a discriminação e promover a igualdade das mulheres. Como já mencionado, a Carta das Nações Unidas, de 1945, afirma expressamente os direitos iguais de homens e mulheres, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que declara que todos os direitos e liberdades humanas devem ser aplicados igualmente a homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza. As questões relacionadas aos direitos humanos das mulheres têm sido consideradas desde 1946, pela Comissão sobre Status da Mulher (CSW) das Nações Unidas e, a partir de 1981, muito especialmente, pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW). A CSW e o Comitê CEDAW – que tem por função monitorar o cumprimento pelos Estados-partes da Convenção CEDAW – desenvolveram um nível significativo de conhecimento técnico a respeito dos direitos das mulheres. Mas, o fato destes órgãos serem voltados às mulheres, especificamente, e atuarem muito bem, isso não significa que todos os outros órgãos da ONU e Comitês que monitoram os direitos humanos possam desconsiderar as mulheres como parte de suas agendas.

¹⁷ O Governo Federal promulgou a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada em Budapeste. O Brasil, ao aceitar o convite do Conselho da Europa, passou a ser um dos países que aderiram a tal instrumento internacional multilateral, fortalecendo, assim, os laços de cooperação com parceiros estratégicos no enfrentamento aos crimes cibernéticos. O Decreto nº 11.491, que traz a decisão, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 12 de abril de 2023. Por meio da denominada Convenção de Budapeste, firmada em 23 de 2001, as autoridades brasileiras poderão contar com mais um recurso nas investigações de crimes cibernéticos, assim como de outras infrações penais, que demandem a obtenção de provas eletrônicas/digitais armazenadas em outros países. Prevê-se uma cooperação mais intensa, rápida e eficaz. Além do aperfeiçoamento da cooperação internacional na

fornece diretrizes para a coleta de provas digitais, a preservação de dados e a colaboração entre autoridades de diferentes países. Esse tipo de harmonização é fundamental para lidar com os desafios transnacionais do *cyberstalking*, promovendo a responsabilização dos perseguidores e a proteção das vítimas em âmbito global.

II.6.2.5 A Influência de Normas e Políticas da União Europeia

A União Europeia (UE) também tem adotado medidas que incentivam os estados-membros a implementar políticas eficazes contra a *perseguição*. Diretrizes como a Diretiva de Direitos das Vítimas (2012/29/EU) obrigam os estados-membros a oferecer proteção integral e assistência às vítimas de crimes, incluindo o *stalking*.

A diretiva exige que as vítimas recebam informações sobre seus direitos, apoio psicológico e medidas protetivas eficazes, na proporção em que assegura o seu direito a: i. ser ouvida em ambiente reservado e informal; ii. ser informada sobre os seus direitos e o seu caso; iii. ser tratada com respeito e reconhecimento dos seus sentimentos e interesses; iv. participar de todas as etapas da persecução penal; v. apresentar elementos de prova; vi. sugerir diligências; vii. receber informações, interpretação e tradução; viii. acesso aos serviços de apoio às vítimas.

A UE também incentiva a criação de estratégias nacionais que abordem o tema como uma questão de segurança pública e proteção aos direitos humanos. Em muitos países europeus, isso resultou na criação de unidades especializadas para lidar com o *stalking*, além do desenvolvimento de programas de treinamento para policiais e profissionais de saúde mental, capacitando-os para identificar e responder adequadamente a esses casos.

III. Desafios e Obrigações dos Estados em Conformidade com os Direitos Humanos

A influência dos instrumentos internacionais de direitos humanos coloca sobre os Estados a responsabilidade de adotar mecanismos de proteção e de responsabilização para combater o *stalking*. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios que incluem:

III.1. Harmonização no Combate ao Stalking

A harmonização no combate ao *stalking* representa um esforço para estabelecer padrões jurídicos comuns que possam ser aplicados de forma consistente em diversas jurisdições¹⁸. Esse movimento é impulsionado pela necessidade de proteger as vítimas e enfrentar a complexidade das perseguições multinacionais, especialmente com o advento do *cyberstalking*, que permite aos agressores atravessar fronteiras virtuais, sem obstáculos. A uniformização das respostas legais fortalece a capacidade dos sistemas jurídicos de agir de forma eficaz e de oferecer uma rede de proteção confiável.

a. A Necessidade de Harmonização das Leis sobre Stalking

O *stalking* é um comportamento que afeta vítimas de diversas nacionalidades e contextos sociais. No entanto, a falta de compatibilização entre as legislações dificulta a aplicação de medidas de proteção eficientes, especialmente em casos que envolvem múltiplas jurisdições. A diversidade legislativa, em que alguns países possuem leis específicas e outros ainda o tratam no espectro de categorias de assédio, cria lacunas na proteção e pode prejudicar a produtividade das investigações.

A padronização normativa é essencial para que as vítimas sejam protegidas de forma equitativa e para que os perseguidores não se aproveitem das diferenças legais entre países para continuar seu comportamento, sem consequências.

Além disso, uma legislação consonante facilita o intercâmbio de informações e a colaboração entre autoridades internacionais, especialmente em casos de *cyberstalking*, em que a perseguição digital ocorre em várias plataformas e em diferentes nações.

¹⁸ OLIVEIRA, Renato; MENDONÇA, Gabriela. A tipificação do stalking no Brasil e sua relação com legislações internacionais. Revista Direito Penal Contemporâneo, 2021.

b. Desafios da Harmonização das Leis sobre Stalking

Apesar dos benefícios, a conformidade das leis sobre *stalking* enfrenta adversidades complexas, que incluem diferenças culturais, interpretações jurídicas e prioridades nacionais. Entre as principais delas, estão:

i. *diferenças culturais e sensibilidade social* (o *stalking* pode ser interpretado de maneiras diferentes, conforme o contexto cultural e as normas sociais de cada país. Em alguns lugares, comportamentos de vigilância e insistência podem ser culturalmente tolerados ou minimizados, o que dificulta a adoção de uma tipificação unificada e rigorosa. A conformidade exige que as legislações considerem as particularidades culturais, sem comprometer a proteção da vítima);

ii. *conflitos com legislações locais* (muitos países possuem leis de privacidade e proteção de dados rigorosas, que podem dificultar a coleta de provas e o compartilhamento de informações em casos de *stalking*, especialmente quando envolve *cyberstalking*. A compatibilização requer ajustes na legislação local para que as provas possam ser coletadas e compartilhadas de maneira eficiente, respeitando os direitos fundamentais dos indivíduos);

iii. *falta de consenso sobre definição e punição* (embora o *stalking* seja amplamente reconhecido como um comportamento prejudicial, há diferenças significativas na definição legal e na punição atribuída a esse delito em diferentes países. Em alguns locais, é considerado um crime grave com pena de reclusão, enquanto em outros é tratado como uma contravenção ou forma de assédio menos importante. A falta de consenso transforma a compatibilidade legislativa complexa e requer negociações detalhadas para estabelecer um equilíbrio que respeite as políticas criminais de cada local).

c. Vantagens e Relevância da Harmonização para a Proteção das Vítimas

A correspondência das leis sobre *stalking* oferece várias vantagens, especialmente no que diz respeito à proteção dos padecentes e à responsabilização dos agressores. Entre as principais vantagens, destacam-se:

i. *Proteção Consistente e Equitativa* (uma legislação harmonizada garante que as vítimas de *stalking* recebam uma proteção consistente, independentemente da jurisdição em que o crime ocorrer. Uma abordagem uniforme evita que a proteção varie conforme o local, assegurando direitos e medidas de segurança adequados);